

Sistema Bancário Português: desenvolvimentos recentes

2.º trimestre 2018



BANCO DE
PORTUGAL
FERROSSIMA

Lisboa, 2018 • www.bportugal.pt

Redigido com informação disponível até 26 de setembro de 2018.

Refira-se, adicionalmente, que os indicadores macroeconómicos e a informação relativa ao sistema bancário têm periodicidade trimestral, sendo apresentados até ao último trimestre completo disponível, enquanto os indicadores relativos aos mercados financeiros, cuja frequência é diária, são apresentados até ao último dia de informação disponível.

Sistema Bancário Português: desenvolvimentos recentes • Banco de Portugal | Rua Castilho, 24 | 1250-069 Lisboa • www.bportugal.pt • Edição | Departamento de Estabilidade Financeira • Design | Departamento de Comunicação e Museu | Unidade de Design • ISSN 2183-9646 (*online*)

Índice

- 1 Sistema bancário português – Avaliação global | **3**
- 2 Indicadores macroeconómicos e financeiros | **4**
- 3 Sistema bancário português | **6**
 - 3.1 Ativo | **6**
 - 3.2 Financiamento e liquidez | **7**
 - 3.3 Qualidade dos ativos | **9**
 - 3.4 Rendibilidade | **10**
 - 3.5 Solvabilidade | **12**

1 Sistema bancário português

– Avaliação global

Ativo

O ativo total do sistema bancário aumentou no segundo trimestre de 2018, invertendo a tendência de queda verificada nos últimos anos. Esta evolução reflete, essencialmente, o crescimento das disponibilidades em bancos centrais e da carteira de títulos de dívida pública, em especial portuguesa.

Financiamento e liquidez

Os depósitos de clientes aumentaram significativamente no segundo trimestre de 2018, em particular no segmento das Sociedades Não Financeiras (SNF), conduzindo a uma redução do rácio de transformação.

Por sua vez, o financiamento junto de bancos centrais prosseguiu a sua trajetória descendente, registando um novo mínimo desde o primeiro trimestre de 2010.

Os indicadores de liquidez permaneceram em níveis elevados, tendo melhorado em todos os intervalos de maturidade.

Qualidade dos ativos

No segundo trimestre de 2018, a qualidade dos ativos do sistema bancário continuou a evoluir de forma favorável, tendo-se observado uma diminuição do rácio dos empréstimos *non-performing* (NPL). Esta dinâmica continuou a refletir a redução do *stock* de NPL, em especial no segmento das SNF. O rácio de cobertura de NPL por imparidades aumentou ligeiramente face ao trimestre anterior.

Rendibilidade

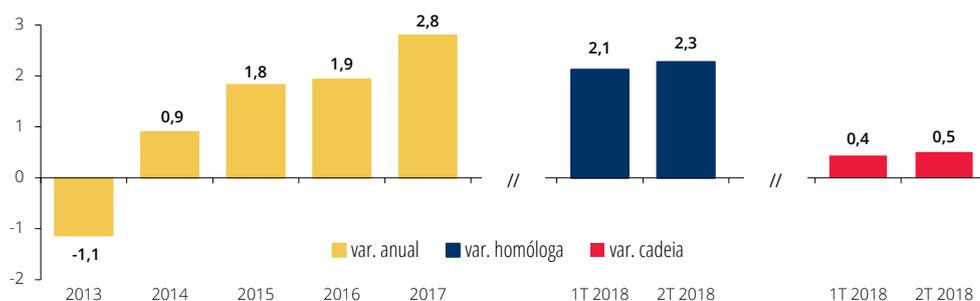
A rendibilidade do sistema bancário aumentou de forma significativa no primeiro semestre de 2018, em termos homólogos, traduzindo uma redução do fluxo de imparidades e provisões, em especial para crédito, bem como a redução dos custos com pessoal.

Solvabilidade

O rácio CET 1 do sistema bancário diminuiu marginalmente no segundo trimestre de 2018, em resultado de uma ligeira redução dos fundos próprios principais de nível 1 e de um aumento dos ativos ponderados pelo risco.

2 Indicadores macroeconómicos e financeiros

Gráfico 2.1 • Taxas de crescimento do PIB, em % | Volume

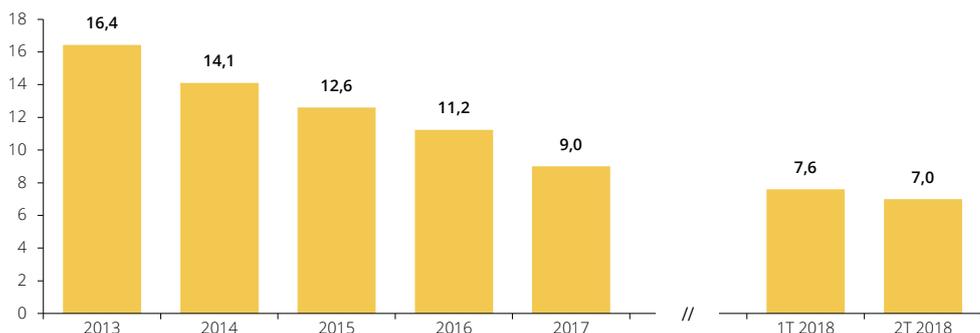


Fonte: INE.

Nota: As estatísticas das contas nacionais apresentadas incorporam as regras emanadas do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na União Europeia (SEC 2010).

- Em termos homólogos, o PIB cresceu 2,3% no 2.º trimestre de 2018, o que compara com uma taxa de crescimento de 2,1% no trimestre anterior.
- O crescimento do PIB em cadeia situou-se em 0,5%, o que representa uma subida face ao 1.º trimestre de 2018 (0,4%).

Gráfico 2.2 • Taxa de desemprego, em % da população ativa

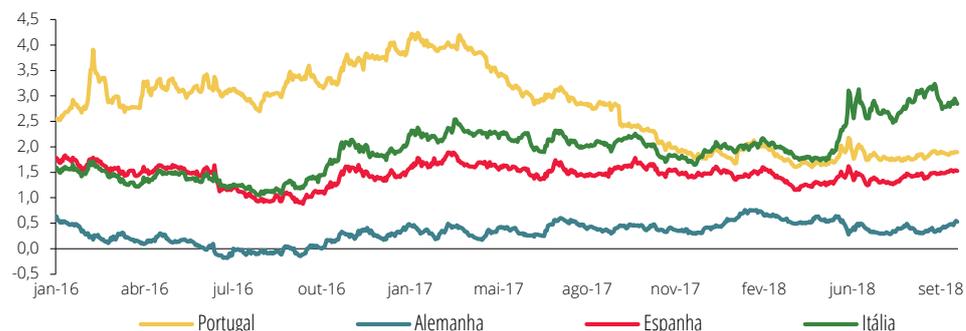


Fontes: Banco de Portugal e INE.

Nota: A taxa de desemprego corresponde à taxa de desemprego publicada pelo INE no mês central de cada trimestre, ajustada de sazonalidade.

- A taxa de desemprego situou-se em 7,0% no 2.º trimestre de 2018, o que representa uma redução de 0,6 pontos percentuais (pp) relativamente ao trimestre anterior.
- Em termos homólogos, a taxa de desemprego decresceu 2,2 pp.

Gráfico 2.3 • Taxas de rendibilidade da dívida pública a 10 anos, em %

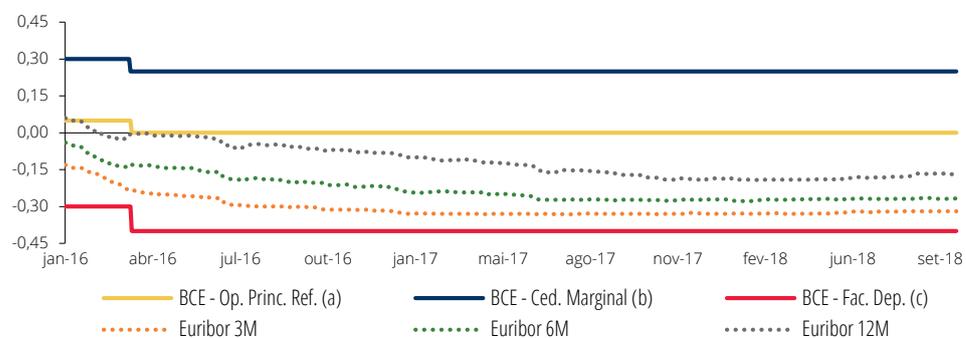


Fonte: Thomson Reuters.

Notas: A última observação data de 26 de setembro de 2018. Dados diários.

- No decurso do 2.º trimestre de 2018, a taxa de rendibilidade implícita (*yield*) da dívida pública portuguesa a 10 anos aumentou 18 pontos base (pb), passando a cifrar-se em 1,79%. No mesmo período, o *spread* face à dívida pública alemã aumentou 37 pb.
- O 2.º trimestre de 2018 foi marcado por um aumento da volatilidade no mercado de dívida soberana, fenómeno que persistiu ao longo do 3.º trimestre e que estará essencialmente relacionado com o contexto político vivido em Itália. Desde o final do 1.º trimestre, as *yields* da dívida pública italiana e portuguesa aumentaram 106 pb e 29 pb, respetivamente. Desta forma, observou-se um aumento significativo do *spread* da dívida italiana face à portuguesa.

Gráfico 2.4 • Taxas de juro da área do euro, em %



Fontes: BCE e Thomson Reuters.

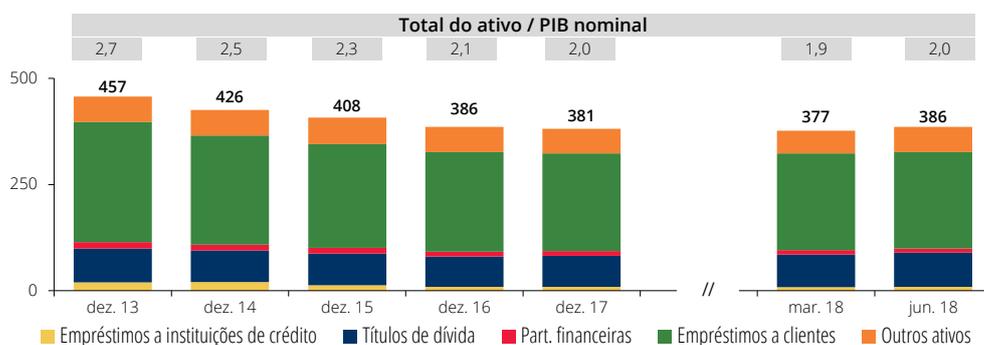
Notas: A última observação data de 26 de setembro de 2018. Dados diários. (a) Corresponde à taxa de juro oficial do Eurosistema para as operações principais de refinanciamento. (b) Corresponde à taxa de juro oficial do Eurosistema para a facilidade permanente de cedência de liquidez. (c) Corresponde à taxa de juro oficial do Eurosistema para a facilidade permanente de depósito.

- As taxas de juro do BCE permanecem inalteradas desde março de 2016: a taxa de facilidade permanente de depósitos em -0,40%, a taxa das operações principais de refinanciamento em 0% e a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,25%.
- No 2.º trimestre de 2018, as taxas EURIBOR permaneceram praticamente inalteradas face ao trimestre anterior, em níveis negativos. Esta tendência não se alterou no decurso do 3.º trimestre, refletindo a manutenção das condições de financiamento do sistema bancário no âmbito da política monetária acomodatória do BCE.

3 Sistema bancário português

3.1 Ativo

Gráfico 3.1 • Estrutura do ativo, em mM€



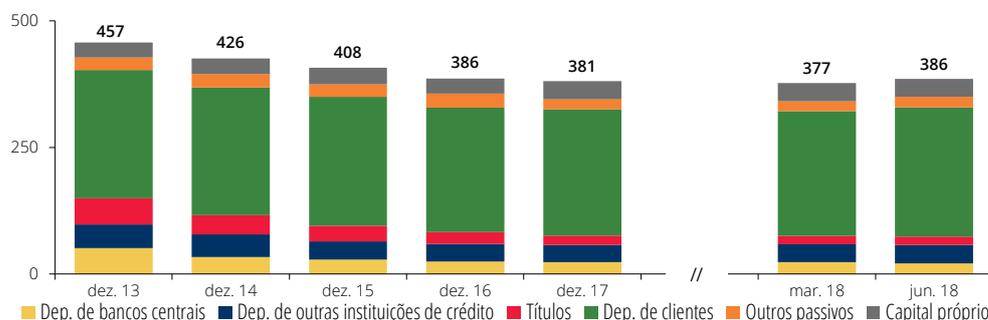
Fonte: Banco de Portugal.

Nota: A rubrica Outros ativos inclui caixa e disponibilidades/aplicações em bancos centrais, disponibilidades em outras instituições de crédito, derivados, ativos tangíveis e intangíveis, e outros ativos.

- No 2.º trimestre de 2018, o ativo do sistema bancário inverteu a trajetória de decréscimo observada ao longo dos últimos anos, tendo aumentado 2,2% face ao trimestre anterior. Esta evolução refletiu um crescimento significativo das disponibilidades em bancos centrais (incluídas na rubrica “Outros ativos”) e, em menor grau, da carteira de títulos de dívida, com destaque para os títulos emitidos por administrações públicas de Portugal e Espanha.
- Os referidos aumentos das rubricas do balanço foram parcialmente compensados por uma ligeira redução da carteira de empréstimos a clientes (0,2%), que se ficou a dever a algumas das maiores instituições do sistema, em particular no segmento de SNF (0,5%).

3.2 Financiamento e liquidez

Gráfico 3.2 • Estrutura do passivo e capital próprio, em mM€

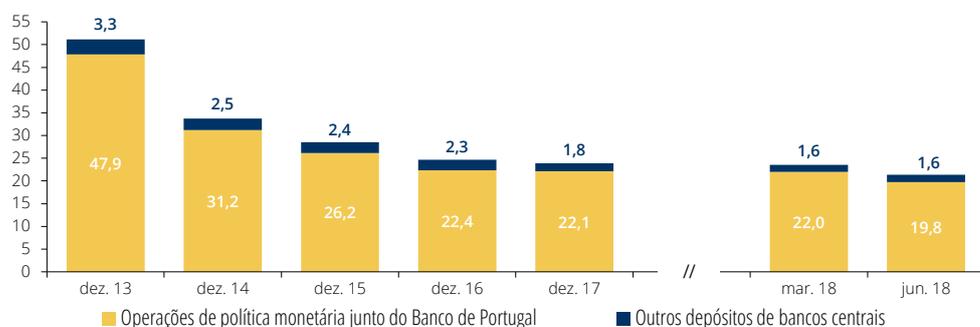


Fonte: Banco de Portugal.

Nota: A rubrica Outros passivos inclui derivados, passivos a descoberto e outros passivos.

- No 2.º trimestre de 2018 os depósitos de clientes aumentaram 3,6%, tendo este aumento sido transversal às instituições mais significativas do sistema. Esta evolução foi mais expressiva nos segmentos das SNF e das outras sociedades financeiras (i. e. excluindo instituições de crédito), que registaram aumentos de 4,1 mM€ e 2,5 mM€, respetivamente.
- O financiamento interbancário (líquido dos ativos em Outras Instituições de Crédito – OIC) aumentou, à semelhança do trimestre anterior, por via de um aumento dos recursos de OIC.

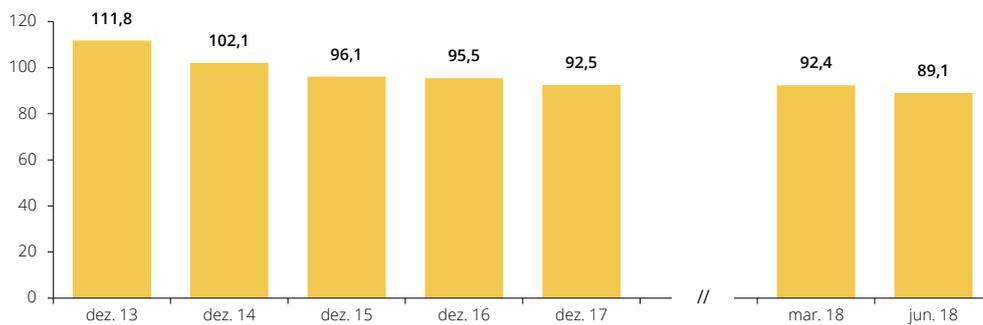
Gráfico 3.3 • Financiamento de bancos centrais, em mM€



Fonte: Banco de Portugal.

- No 2.º trimestre de 2018, o financiamento obtido junto de bancos centrais diminuiu 9,6%, mantendo a dinâmica de redução observada nos últimos anos e atingindo o valor mais baixo desde o 1.º trimestre de 2010. Este tipo de financiamento assenta quase integralmente nas operações de refinanciamento de prazo alargado (LTRO).

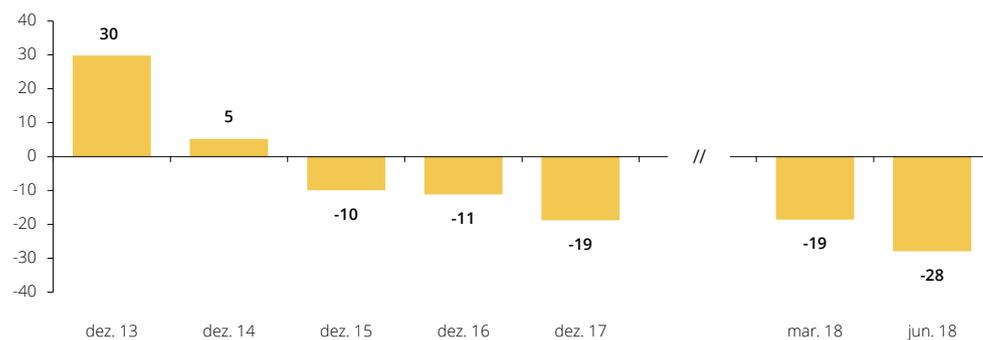
Gráfico 3.4 • Rácio entre empréstimos e depósitos, em %



Fonte: Banco de Portugal.

- O rácio entre empréstimos e depósitos de clientes diminuiu no 2.º trimestre de 2018, refletindo essencialmente o referido aumento dos depósitos de clientes.

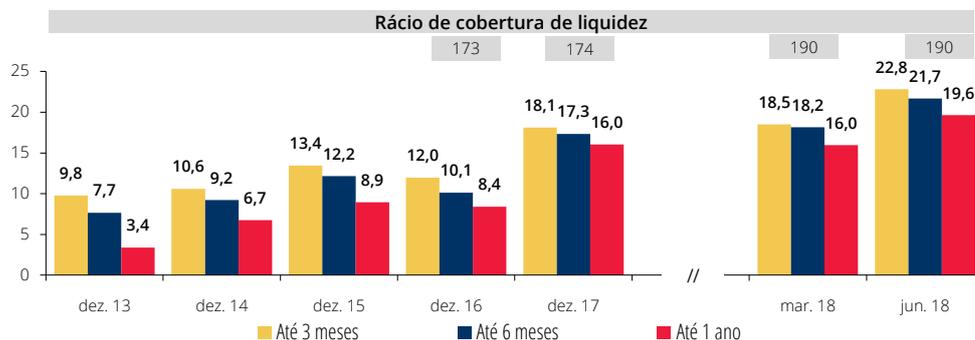
Gráfico 3.5 • Gap comercial, em mM€



Fonte: Banco de Portugal.

- O *gap* comercial (empréstimos líquidos de depósitos de clientes) foi mais negativo do que no trimestre anterior, cifrando-se em cerca de -28 mM€.

Gráfico 3.6 • Gaps de liquidez das instituições domésticas^(a) e rácio de cobertura de liquidez (RCL)^(b), em %



Fonte: Banco de Portugal.

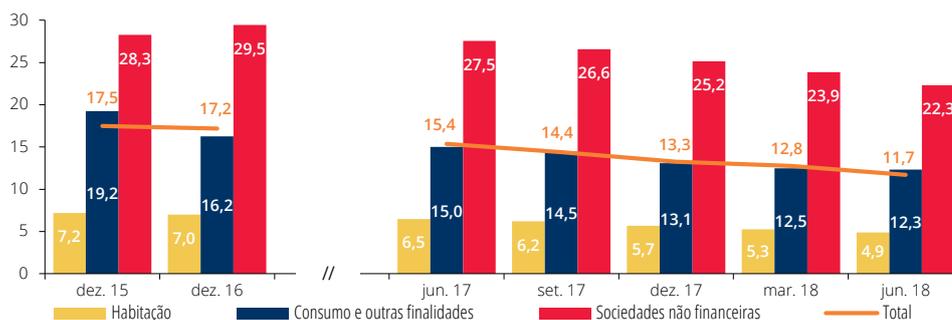
Notas: a) O *gap* de liquidez define-se como a diferença entre ativos líquidos e passivos voláteis em proporção da diferença entre ativo total e ativos líquidos, em cada escala cumulativa de maturidade residual. Um aumento neste indicador traduz uma melhoria da posição de liquidez.

b) O rácio de cobertura de liquidez (*liquidity coverage ratio*) resulta da divisão entre os ativos líquidos não onerados e de qualidade elevada, e o total de saídas líquidas de fundos durante um período de tensão de 30 dias de calendário.

- No 2.º trimestre de 2018, o rácio de cobertura de liquidez do sistema bancário cifrou-se em 190%, à semelhança do trimestre anterior, mantendo-se assim muito acima do mínimo regulamentar em vigor (100%).
- A liquidez das instituições domésticas, medida pelos *gaps* de liquidez, aumentou significativamente em todos os intervalos de maturidade.

3.3 Qualidade dos ativos

Gráfico 3.7 • Rácio de empréstimos *non-performing*, em %



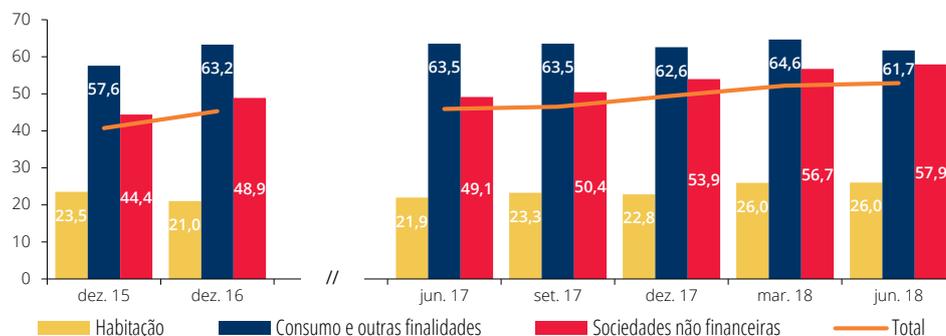
Fonte: Banco de Portugal.

Nota: O rácio de empréstimos *non-performing* corresponde ao montante de empréstimos *non-performing* em relação ao total de empréstimos, de acordo com os ITS da EBA.

- No 2.º trimestre de 2018, o rácio de NPL total diminuiu 1 pp, para 11,7%, beneficiando principalmente da redução do *stock* de empréstimos *non-performing*, o qual diminuiu 2,3 mM€ (6,5%) e, em menor medida, do aumento dos empréstimos não classificados como NPL (i. e., *performing*). Esta redução foi mais expressiva no segmento das SNF, cujo *stock* de NPL diminuiu 1,7 mM€ (7,5%) no trimestre.

- Desde o máximo histórico, observado em junho de 2016, o rácio de NPL diminuiu 6,2 pp (SNF: -8,0 pp; Particulares: -2,9 pp) refletindo uma redução de 36% do stock total de NPL (SNF: -36%; Particulares: -33%), correspondendo a 18 mM€ (SNF: -12,0 mM€; Particulares: -4,2 mM€).

Gráfico 3.8 • Rácio de cobertura dos empréstimos *non-performing*, em %



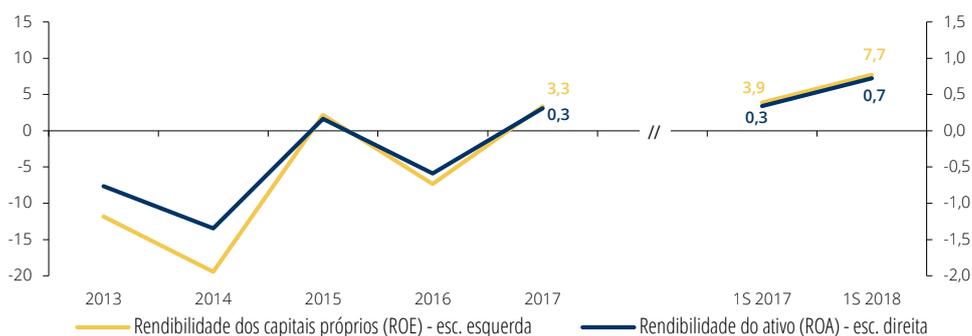
Fonte: Banco de Portugal.

Nota: Por rácio de cobertura entende-se a percentagem de empréstimos *non-performing* que se encontra coberto por imparidades.

- No 2.º trimestre de 2018, o rácio de cobertura de NPL por imparidades aumentou 0,7 pp face ao trimestre anterior, situando-se em 52,9%. Este valor situa-se 9,7 pp acima do observado em junho de 2016, quando o rácio de NPL atingiu o seu valor máximo.
- A variação trimestral deveu-se, principalmente, a um acréscimo de 1,2 pp do rácio de cobertura do segmento das SNF, o qual se situou em 57,9%. O rácio de cobertura do segmento de consumo e outras finalidades diminuiu 3 pp, refletindo sobretudo uma redução das imparidades acumuladas neste segmento.

3.4 Rendibilidade

Gráfico 3.9 • ROE e ROA, em %



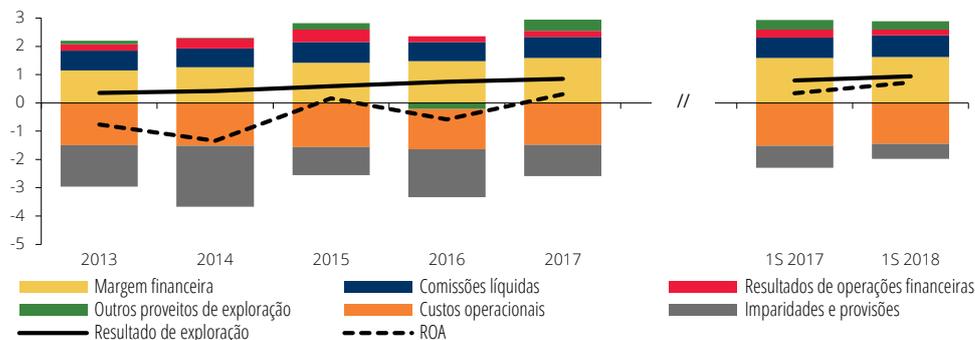
Fonte: Banco de Portugal.

Nota: No cálculo da rendibilidade são considerados os resultados antes de impostos.

- A rendibilidade do sistema bancário aumentou significativamente face ao período homólogo: a rendibilidade dos capitais próprios aumentou 3,8 pp e a rendibilidade do ativo cresceu 0,4 pp.

- A evolução positiva da rentabilidade no 1.º semestre de 2018 face ao semestre homólogo, refletiu, principalmente, uma diminuição do fluxo de imparidades (-337 M€, -30,5%) e provisões (-157 M€, -39,1%) e, em menor grau, uma redução dos custos com pessoal (-131 M€, -7,7%) e um aumento dos rendimentos de comissões e serviços (+72 M€, 5,2%) e dos outros resultados.

Gráfico 3.10 • Custos e proveitos, em % do ativo médio

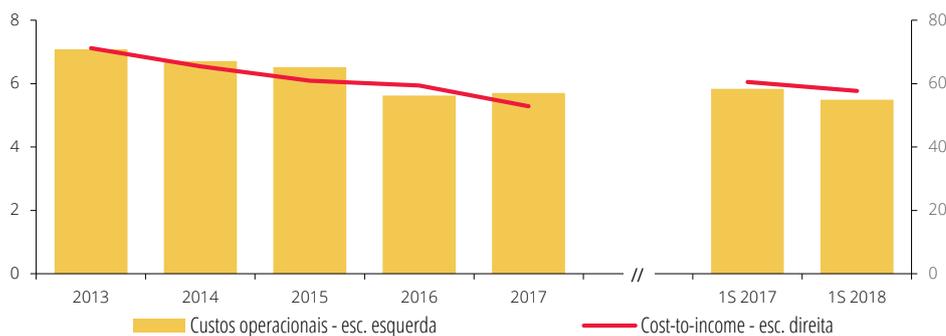


Fonte: Banco de Portugal.

Nota: O resultado de exploração corresponde ao agregado da margem financeira e das comissões (líquidas) deduzido dos custos operacionais.

- No 1.º semestre de 2018, o contributo da margem financeira para a rentabilidade do ativo (ROA) manteve-se estável face ao período homólogo. Por seu turno, o contributo das comissões líquidas aumentou, refletindo um crescimento das comissões recebidas superior ao das comissões pagas.
- A redução dos custos com imparidades e provisões contribuiu em cerca de 25 pb para o aumento do ROA em termos homólogos. Esta evolução resultou essencialmente da diminuição do fluxo de imparidades para crédito.

Gráfico 3.11 • Custos operacionais e rácios *cost-to-income*, em mM€ e em %

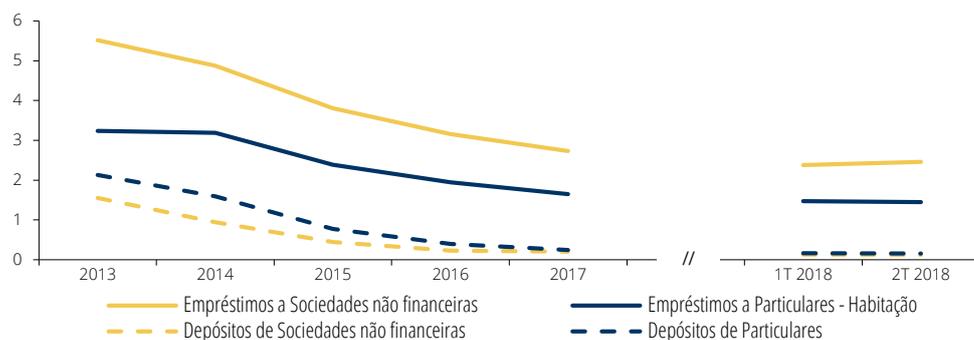


Fonte: Banco de Portugal.

- No 1.º semestre de 2018, os custos operacionais diminuíram 5,8% face ao período homólogo. Embora a redução dos custos operacionais tenha sido transversal a todas as componentes, esta redução é essencialmente explicada pelos custos com pessoal, os quais diminuíram 7,9% em termos homólogos.

- O rácio *cost-to-income* cifrou-se em 57,7% no 1.º semestre de 2018, o que representa uma redução em 2,8 pp face ao período homólogo. Esta evolução refletiu exclusivamente a diminuição dos custos operacionais, uma vez que o produto bancário diminuiu 1,3% face ao 1.º semestre de 2017. Nos últimos anos, o rácio *cost-to-income* tem sido afetado por efeitos não recorrentes associados aos processos de reestruturação que têm vindo a ser implementados, sobretudo, pelas instituições de maior dimensão.

Gráfico 3.12 • Taxas de juro bancárias de novas operações, em % | Valor médio do período

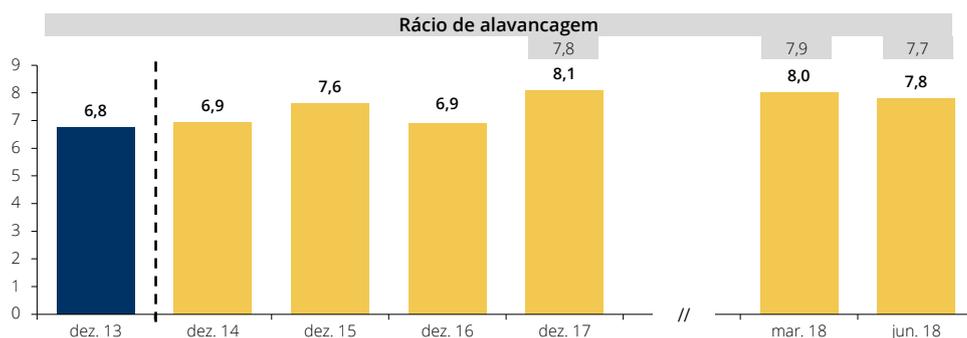


Fonte: Banco de Portugal.

- No 2.º trimestre de 2018, a taxa de juro de novos empréstimos a SNF aumentou 8 pb, para 2,46%, enquanto a taxa de juro de novos empréstimos a Particulares para Habitação diminuiu 3 pb, para 1,44%.
- As taxas de juro dos novos depósitos diminuíram 1 pb em ambos os segmentos, situando-se em 0,13% para as SNF e 0,15% para os Particulares.

3.5 Solvabilidade^(a)

Gráfico 3.13 • Rácio entre o capital Tier 1 e o ativo total e rácio de alavancagem, em %

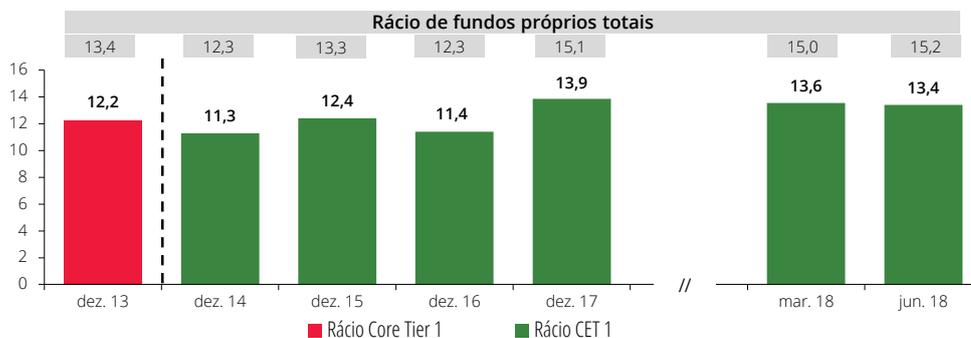


Fonte: Banco de Portugal.

Notas: O rácio entre o capital Tier 1 e o ativo total deve ser visto como uma *proxy* do rácio de alavancagem permitindo um enquadramento temporal mais longo. Por sua vez, o rácio de alavancagem é calculado através da divisão entre os fundos próprios e a exposição total do sistema bancário. A metodologia estabelecida para o cálculo das componentes deste rácio encontra-se definida no artigo 429.º do Regulamento (UE) nº 575/2013.

- No 2.º trimestre de 2018, o rácio de alavancagem diminuiu 0,2 pp face ao trimestre anterior, passando a situar-se em 7,7%, muito acima do mínimo de referência definido pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia. A evolução observada refletiu, sobretudo, um aumento da exposição total¹, bem como uma ligeira redução da posição de capital do sistema bancário. Por sua vez, o rácio entre o capital *Tier 1* e o ativo diminuiu 0,2 pp, para 7,8%.

Gráfico 3.14 • Rácios de fundos próprios, em %



Fonte: Banco de Portugal.

- O rácio de fundos próprios totais situou-se em 15,2% em junho de 2018, aumentando 0,2 pp face ao trimestre anterior. O rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1) cifrou-se em 13,4%, o que representa um decréscimo de 0,2 pp face a março de 2018. A evolução díspar destes rácios reflete uma redução dos fundos próprios principais de nível 1 e um aumento dos fundos próprios de nível 2. O ligeiro aumento dos ativos ponderados pelo risco contribuiu negativamente para a evolução dos rácios de fundos próprios.

(a) A transição para um novo regime prudencial em 2014 determinou quebras de estrutura dos indicadores de solvabilidade, justificadas por diferenças metodológicas no cálculo das componentes de fundos próprios, afetando a comparabilidade dos rácios relativamente a anos anteriores.

¹ De acordo com Regulamento n.º 575/2013 da União Europeia, a medida da exposição total corresponde à soma dos valores das posições em risco de todos os ativos e elementos extrapatrimoniais não deduzidos aquando da determinação da medida de fundos próprios a que se refere, neste caso, fundos próprios de nível 1.

